

MOBILIZAÇÃO DE NORTE A SUL

Ano XII, Nº 65 - nov/18 a mar/19

# Reforma da Previdência

## Golpe no trabalhador

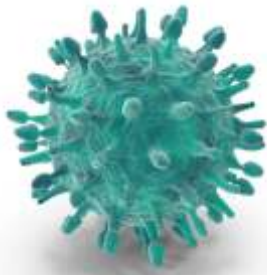


**Páginas 3**



MP 873/19 - Governo Bolsonaro quer estrangular as forças da classe trabalhadora inviabilizando a ação dos sindicatos que a representam. A medida limita indevidamente a liberdade de associação e a autodeterminação dos trabalhadores, bem como dos próprios sindicatos. Entidades de classe de todo o país estão reagindo à medida com ações contra os seus efeitos nefastos.

**Páginas 5**



# Proteja-se contra o vírus da gripe H1N1

Ele pode  
estar em toda  
parte, só que  
você não vê

## TOME A VACINA



**O Informante** é uma publicação mensal do SITRA-AM/RR dirigida aos seus associados na 11ª Região (AM/RR) - Rua Visconde de Porto Alegre, 1.012, Praça 14 de Janeiro. CEP: 69020-130. Telefone: (92) 3233-3449/3342-2167. Site: [www.sitraam.org.br](http://www.sitraam.org.br)

**Presidente:** Edmilson Marinho de Araújo

**Vice-Presidente:** Luis Claudio dos Santos Corrêa

**Secretário Geral:** Douglas de Alencar Garavito

**Diretoria de Administração, Finanças e Patrimônio:** Ildefonso Rocha de Souza e Pio Agostinho Menezes Cordeiro

**Diretoria de Imprensa, Comunicação e Cultura:** Pedro Alves Prestes e Elilian Estella da Cruz Montibeller

**Diretoria de Assuntos Sociais e Esportes:** Osvaldo Henrique Rodrigues da Silva e : Juscilene Célia Matos Cavalcante

**Diretoria de Formação Políticas, Sociais e Saúde Ocupacional:** Marcus Vinicius de Lima Viana e Marivelton Rocha do Nascimento

**Diretoria de Assuntos Jurídicos:** Nelson Machado Barros e Wilace Miranda Braga Filho

**Diretoria do Núcleo de Aposentados:** Icleide Pereira dos Santos e Firmino Maciel Neto

**Diretoria do Núcleo de Oficiais de Justiça:** Janete Elane Sena Belchior e Eusa Maria ae Oliveira Braga Fernandes

**Diretoria do Núcleo de Agentes De Segurança:** Allan Kardec Farias de Oliveira e Carlos Alberto Siqueira dos Santos

**Delegados de base Boa Vista/Roraima:** Edmilson Marinho de Araújo Junior e Evandro dos Santos Figueira

### Conselho Fiscal

Marcus Vinicius dos Santos Prudente, Antônio Carlos Belém Taveira, Janes Almeida Nogueira; Célio Henrique Guerra, Allan Ricardo Moreira Candido, Luiz Gonzaga Cavalcante

### Edição:

Yndira Assayag - MTB/AM 041

**Arte e diagramação:** Repercussão Assessoria

# Protestos contra Reforma da Previdência

## Projeto do governo atinge fortemente os servidores



Uma onda de protestos contra a Reforma da Previdência toma conta do país. O projeto retira direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores e atinge fortemente a classe dos servidores públicos. No último dia 22 de março, diversas categorias foram às ruas de Manaus e de diversas outras cidades brasileiras demonstrar sua indignação com a PEC 06/2019, que tramita no Congresso Nacional

“Essa proposta simplesmente acaba com o direito de aposentadoria. Não podemos permitir, a classe trabalhadora precisa se unir, se mobilizar e lutar para barrar essa locomotiva desgovernada”, diz o vice-presidente do SitraAM/RR, Luis Cláudio Corrêa.

Uma das intenções do governo com o novo projeto é implementar o regime de 'capitalização', que é uma espécie de poupança que o próprio trabalhador faz para assegurar a aposentadoria no futuro. Atualmente, a previdência dos brasileiros é baseada nos princípios de solidariedade (todos contribuem, inclusive empregador e governo), universalidade (é direito de todos), provimento público (que a protege das oscilações do mercado) e proteção social.

Porém, caso a PEC 6 seja aprovada, cada pessoa será responsável por sua própria aposentadoria e deverá poupar para ter o benefício no futuro. Este acúmulo será gerido por uma empresa privada que tentará lucrar no mercado financeiro, correndo riscos e tirando o

capital do País.

“Esse sistema não deu certo em nenhum lugar do mundo. O Chile está saindo desse sistema pelo empobrecimento de seus aposentados e o custo alto que representa para o Estado o atendimento, pois, sem recurso, eles vão recorrer ao sistema público. No caso do Brasil, vai ser o caos, pois o nosso sistema de saúde não costuma ser ágil e ter recursos necessários pra isso”, avalia Corrêa. A proposta também dificulta o acesso à concessão da aposentadoria, além de reduzir o seu valor e, no caso do serviço público, ignorar completamente as diferentes realidades dentro do setor, que vem passando por diversas alterações desde 2003. O teto é igual ao do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que hoje é de R\$ 5.531,31. Vale lembrar que, desde 2003 (com Emenda Constitucional nº 41/03), não existe mais a possibilidade do servidor se aposentar com a última remuneração (paridade e integralidade). Os trabalhadores do setor público também rejeitaram a proposta que altera a idade mínima e tempo de contribuição para a aposentadoria, atualmente de 60 anos para os homens (com 35 de contribuição) e de 55 para as mulheres (com 30 de contribuição).

A proposta do governo estabelece 65 anos para homens e 62 anos para as mulheres, com no mínimo 25 anos de contribuição, cinco anos a mais do que os trabalhadores da iniciativa privada, para que os servidores tenham acesso a 60% do salário benefício de aposentadoria. Para receber o valor integral, os servidores terão de contribuir por pelo menos 40 anos. As regras valem para servidores federais, estaduais e municipais.

Além de idade mínima maior e mais tempo de contribuição, os servidores federais também correm o risco de pagar alíquotas maiores de contribuição à Previdência, que podem chegar a 22%.

### Entenda as mudanças

#### IDADE/TEMPO CONTRIBUIÇÃO

##### Sem reforma:

Mulheres – 55 anos e 30 anos de contribuição (100% do benefício)

Homens – 60 anos e 35 anos de contribuição (100% do benefício)

##### Com reforma:

Mulheres – 62 anos (+7 anos) e 25 anos de contribuição (60% do benefício)

Homens – 65 anos (+5 anos) e 25 anos de contribuição (60% do benefício)

#### SALÁRIO-BENEFÍCIO

**Hoje:** valor baseado na média das 80 maiores contribuições feitas pelo trabalhador ao longo da vida profissional. Piso é um salário mínimo e teto é igual ao do INSS, de R\$ 5.839,46.

**Como vai ficar:** a média será calculada sobre todas (100%) as contribuições, sendo no mínimo 25 anos para receber 60% do salário, 30 para receber 80%, 35 para 90% e 40 anos para ter direito a 100%.

# Servidores recebem última parcela do PCS

Após inúmeras ameaças de adiamento e muita mobilização dos sindicatos e da Fenajufe, foi paga em janeiro aos servidores do Judiciário Federal a última parcela do reajuste conquistado com a Lei 13.317/2016, resultante de mais de dois anos de lutas e da histórica greve de 2015, que teve duração de cem dias e foi a maior realizada em todo o Brasil. O movimento contou com forte participação do SitraAM/RR, cuja atuação teve papel de destaque nos resultados obtidos.

Ao todo, foram três anos de parcelamento para uma reposição média 40% de perdas acumuladas pela categoria. “Sem a luta contra a política de desmonte do serviço público e contra os ataques do governo aos direitos dos servidores públicos, realizada pelas organizações dos sindicatos, a categoria não teria tido êxito”, comenta o presidente do SitraAM/RR, Edmilson Marinho. Já o vice-presidente da entidade, Luis Cláudio Corrêa, avalia que foi uma conquista imensa, dentro de um cenário de crise econômico e resistência dos governos. “Agora é voltar aos fóruns de discussões da categoria (reuniões sindicais, assembleias, plenárias e congresso) para discutir a nova luta salarial e como vamos reagir num contexto de liberalismo econômico e de um governo altamente conservador”. Ele ressalta que os servidores do Judiciário Federal devem se preparar para um ano de muita luta e de necessidade de mobilização. É que fora essa última parcela do PCS/16, não há previsão de novos ganhos ao funcionalismo. Benefícios como auxílio-alimentação ou refeição, moradia e assistência pré-escolar, por exemplo, não terão reajuste, visto que a dotação para tais correções foi retirada da Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada para 2019. “Fica vedado o reajuste, no exercício de 2019, de auxílio-alimentação ou refeição, auxílio-moradia e assistência

pré-escolar”, diz trecho do Artigo 110 da Lei 13.707/2018, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária deste ano.

Isso demonstra o quanto a categoria terá de se mobilizar, especialmente na luta por nova reposição salarial, e o SitraAM/RR, juntamente com os demais sindicatos da base da Fenajufe, já se organiza para iniciar mais essa batalha. Esse deve ser, por exemplo, um dos focos do 10º Congrejufe, no período de 27 de abril a 1º de maio, quando será definido o plano de lutas da categoria.

## Ação junto ao STF

Há pelo menos dois anos, a Fenajufe e os sindicatos filiados buscam retomar no Supremo Tribunal Federal a Comissão Interdisciplinar.

O ministro Dias Toffoli recebeu a coordenação da Fenajufe em dezembro de 2018, quando a Federação cobrou a reposição das perdas salariais e uma política salarial definida para os servidores. Os dirigentes defenderam a necessidade de retomada dos trabalhos de discussão de carreira. Outra questão apresentada foi a necessidade do envio ao Congresso Nacional, do anteprojeto de lei que contenha as deliberações da Comissão Interdisciplinar. O projeto englobaria, entre outras questões, a reposição inflacionária, a alteração do nível de escolaridade para ingresso na carreira de Técnico Judiciário, a possibilidade de agentes de segurança e oficiais de justiça ocuparem cargos de chefia sem perda da GAS e GAE, além da definição de critérios para ocupação

de funções comissionadas. A Fenajufe também já solicitou audiência ao presidente Jair Bolsonaro.

Imagens da greve de 2015, quando a Justiça do Trabalho parou em todo o Brasil. No TRT11, atos foram liderados pelo SitraAM/RR



# MP 873 visa enfraquecer sindicatos

Visando minar resistências à reforma da Previdência, o presidente Jair Bolsonaro ataca novamente a classe trabalhadora e as entidades sindicais de todo o país. Desta vez, tendo como arma a Medida Provisória 873/19, que altera a forma de cobrança das contribuições dos associados.

A nova MP suspende o desconto das mensalidades sindicais em folha de pagamento (consignação), o que claramente tem o objetivo de enfraquecer os movimentos trabalhistas que lutam para derrotar a reforma.

Sem a contribuição mensal, a maioria dos sindicatos, hoje principal objeto de proteção aos trabalhadores e de luta pela garantia e manutenção dos direitos, pode sucumbir e fechar. E sem sindicatos, a força dos trabalhadores é reduzida a zero, o que de fato seria bom para o atual governo aprovar seus projetos para 'minar', cada vez mais, as articulações da categoria. Para Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe), a medida visa ainda, ao enfraquecer os sindicatos, diminuir a pressão que a atuação dos dirigentes sindicais exerce

nos parlamentares quando atuam no Congresso - Câmara dos Deputados e Senado.

A federação afirma também que, mais uma vez, o governo Bolsonaro deixou claro que os servidores públicos são seus maiores inimigos.

## Ação

Por considerar a MP 873/19 inconstitucional, uma vez que a mesma não segue critérios de alta relevância e urgência, o coletivo jurídico do Fonasefe, com a participação da assessoria jurídica da Fenajufe e demais entidades da classe trabalhadora do país, se mobilizam de forma conjunta sobre as ações e estratégias para barrar a escandalosa MP do presidente Bolsonaro.

Em paralelo, diversos sindicatos também entraram com ações individuais contra a MP, inclusive o SitraAM/RR. Muitas dessas ações já tiveram decisões favoráveis ao pleito das entidades, pela manutenção da contribuição da forma que era anteriormente.

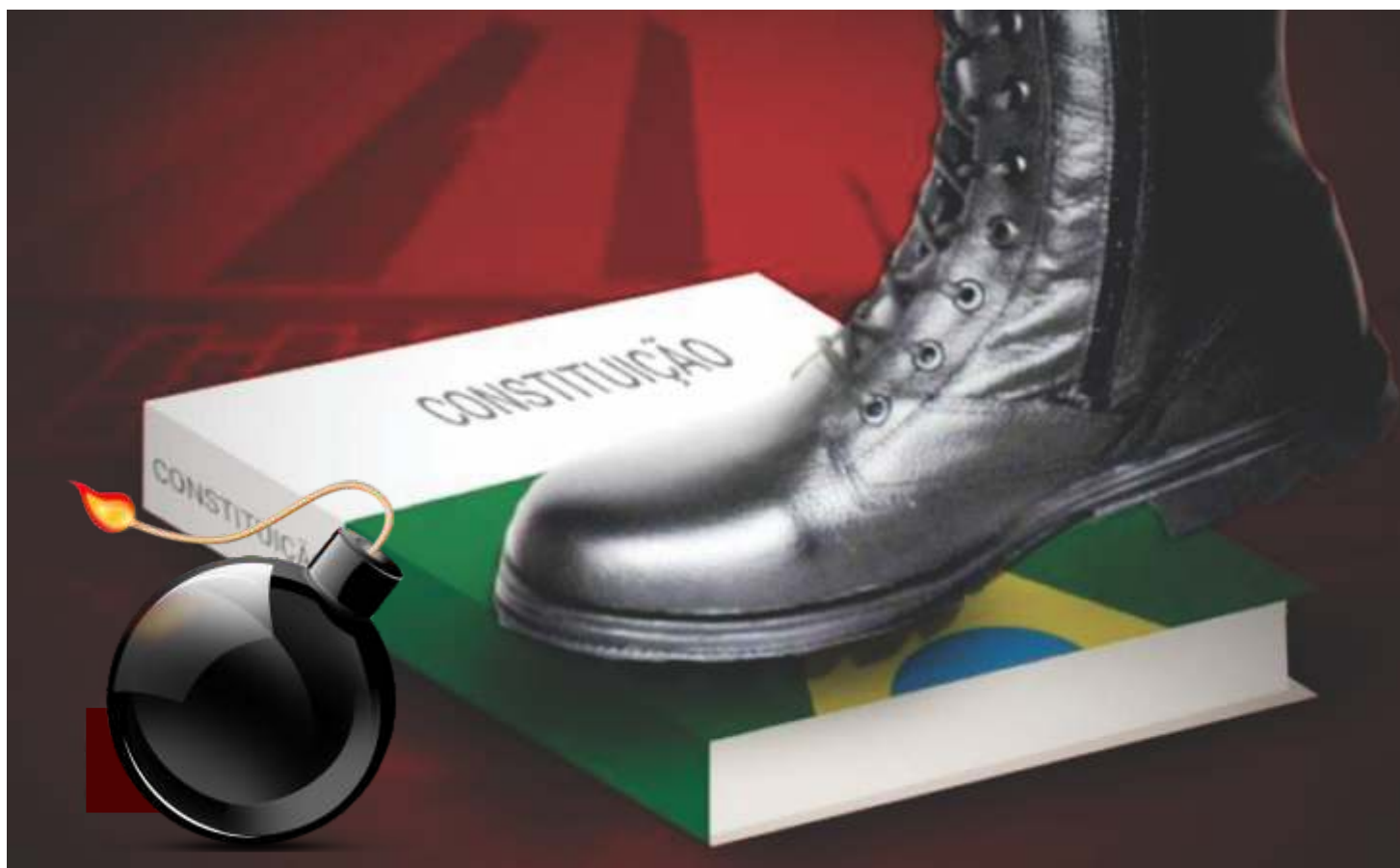
## Outras forças

No dia 11 de março, a Ordem dos

Advogados do Brasil (OAB) entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a MP 873.

Assinada pelo presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, e pelos ex-presidentes da entidade César Britto e Marcus Vinicius Furtado Coêlho, a ADI 6.098 diz que a MP do governo Bolsonaro tem como objetivo "dificultar ao máximo" a organização das entidades que representam os trabalhadores.

Eles também afirmam que a medida limita indevidamente a liberdade de associação e a autodeterminação dos trabalhadores, bem como dos próprios sindicatos. A OAB destaca ainda que os formas de financiamento dos sindicatos estão previstas na Constituição, e tais 'direitos' não podem ser confundidos com 'privilégios'. "Se a atuação dos sindicatos representa, em análise última, uma garantia adicional ao respeito dos direitos sociais dos trabalhadores, evidente que tais entes se revestem da condição de entidades privadas de interesse social", disse a entidade.



# Movimento rejeita extinção da Justiça do Trabalho

O dia 21 de janeiro se tornou um marco de resistência e rejeição à ideia de extinção da Justiça do Trabalho, defendida pelo governo brasileiro. Em todo o país, foram inúmeros os protestos contra a proposta e em Manaus o ato reuniu diversas entidades. Como representante da classe trabalhadora, o Sitra-AM/RR foi um dos protagonistas do manifesto, que ocorreu no hall do Fórum Trabalhista, Centro da Cidade. Durante o ato, o vice-presidente da entidade, Luís Cláudio Corrêa, ressaltou que é obrigação das entidades sindicais alertar a sociedade em geral sobre essa ameaça que fere gravemente o direito dos trabalhadores e dos servidores da Justiça do Trabalho. Luís enfatizou que o manifesto não é contra o governo, mas contra a manobra que está sendo proposta por meio da PEC 300, de extinguir mais uma porta da dignidade do trabalhador brasileiro.

“Não é somente o nosso emprego que está em questão, mas o ganha pão de todos os trabalhadores brasileiros. Com essa proposta, apenas os maus patrões, os maus pagadores, os que não contribuem em nada para o país serão favorecidos. O presidente Jair Bolsonaro quer fechar a última porta da dignidade do trabalhador. Porém, nós da Justiça do Trabalho não vamos deixar isso acontecer. Estaremos vigilantes a essa ameaça”, destacou.

O sindicalista repudiou também a atitude do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), João Batista Brito, que, na ocasião, tentou desmobilizar as organizações para que o ato não ocorresse.

“A primeira pessoa que deveria estar do nosso lado se posicionou contra os servidores e a favor de uma política não favorável à sociedade. O presidente do TST tinha que ter a noção do perigo que os trabalhadores já estão sofrendo com a extinção do Ministério do Trabalho, com a falta de fiscalização, com o trabalho escravo, com o trabalho infantil e com a impossibilidade das regulamentações



das profissões. Ele realmente não avaliou o perigo social. A nossa obrigação é lutar contra isso”, disse.

Alerta

Também presente ao ato, o presidente Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 11ª Região (Amatra XI), Mauro Braga, avaliou que, neste momento, é preciso deixar todas as

**“Vamos nos unir por aquilo que é o nosso ganha pão e a única forma de defesa dos direitos dos trabalhadores de todo o Brasil”**

divergências e diferenças políticas de lado para garantir a manutenção da Justiça do Trabalho. Mauro ressaltou que não há nada formalizado ainda, mas é necessário ficar alertar a qualquer possibilidade de alteração na constituição.

“Vamos nos unir por aquilo que é o nosso ganha pão e a única forma de defesa dos direitos dos trabalhadores de todo o Brasil. Não é de agora que se fala em extinção da Justiça do Trabalho. Toda vez que o país passa por uma dificuldade, parece que a Justiça Trabalhista vira a bola da vez, ou seja, todos os problemas são ocasionados pelos empregados e pela

Justiça do Trabalho. Essa é a nossa casa e ninguém irá extinguir sem ouvir a nossa voz”, comentou Mauro.

O presidente do Ordem dos Advogados do Brasil no Amazonas (OAB-AM), Marco Aurélio Choy, que também participou do protesto, ressaltou que a Justiça do Trabalho no Amazonas tem uma função social muito importante.

“Essa é uma manifestação onde destacamos para a sociedade amazonenses a importância da Justiça do Trabalho. Esse braço da Justiça, além de garantir os direitos dos trabalhadores, possibilita para a União Federal a arrecadação de imposto e de contribuições sociais. A OAB-AM está engajada com as entidades para a manutenção da Justiça do Trabalho”, frisou Choy.

Quem também esteve presente ao ato foi o deputado federal Marcelo Ramos. Ele afirmou que essa proposta do governo federal é um equívoco, tendo em vista que a Justiça do Trabalho serve tanto para os trabalhadores como para os empregadores. “A Justiça do Trabalho não é contra os empresários. Ela é a favor de direitos, de garantias constitucionais aos trabalhadores, assim como uma proteção aos empresários quando buscam equilíbrio justo na relação capital e trabalho. Eu penso que essa ameaça de extinção é um grande equívoco”.



# Protestos de Norte a Sul

A onda de atos em defesa da Justiça do Trabalho invadiu o Brasil de Norte a Sul. Desde o primeiro proposto, em 21 de janeiro, diversos outros manifestos foram realizados pelo país a fora, organizados por sindicatos e entidades de classe dos mais diversos segmentos que, de alguma forma, estão ligadas a essa importante instituição do poder Judiciário.

A adesão do público, cada vez mais, supera as expectativas dos organizadores, que tem como objetivo esclarecer e conscientizar a sociedade brasileira sobre a importância da Justiça do Trabalho (JT) como instrumento de garantia da justiça social e combater recentes ataques do presidente Jair Bolsonaro.

A nova gestão começou com drásticas mudanças no Ministério Trabalho e promessas de acabar com a JT. Membros da equipe econômica destacaram que a JT é cara, ineficiente, rígida demais com o empresariado e uma trava para o desenvolvimento sustentável do país, motivos que justificariam sua extinção ou possível incorporação das funções pela Justiça comum ou pela Justiça Federal.

Por conta disso, é consenso a união de todos para barrar retrocessos, como a extinção da JT e do Ministério Público

do Trabalho (MPT), tratados como “vilões” das mazelas do país. É preciso lembrar que a JT foi criada em 1941 para resolver conflitos entre capital e trabalho e, atualmente, também recolhe contribuições previdenciárias e garante a dignidade do trabalho humano, em um país que ainda apresenta milhares de casos de trabalho escravo.

Conforme o Tribunal Superior do Trabalho (TST), só em 2017, a JT arrecadou para a União R\$ 3,5 bilhões em Imposto de Renda, INSS, custas, emolumentos e multas, o equivalente a 18,2% da sua despesa orçamentária. Também foram pagos aos reclamantes mais de R\$ 27 bilhões, montante que beneficia a economia, ao ser devolvido ao mercado na forma de bens e serviços pelos trabalhadores.

## Na Câmara dos Deputados

Seguindo a agenda de manifestos, no último dia 5 de fevereiro, cerca de 500 pessoas foram à Câmara dos Deputados, em Brasília, participar de mais um ato em defesa da Justiça do Trabalho e MPT. O evento foi orquestrado por instituições como a Anamatra (Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho),

Fenajufe, OAB, Abrat (Associação Brasileira dos Advogados do Trabalho) e ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho).

A tônica do protesto destacou a defesa do valor social e histórico da JT para a regulação das tensões entre capital e trabalho, além das muitas críticas ao caráter perverso da reforma trabalhista (Lei 13.467/17), o fim do Ministério do Trabalho e a proposta de reforma da Previdência desenhada pelo governo Bolsonaro.

Reforçando o compromisso da Fenajufe e dos sindicatos filiados na união de esforços com as demais entidades e organizações da sociedade, o coordenador-geral da Federação, José Aristeia Pereira, colocou que o desafio neste momento é não permitir que haja qualquer clima que possibilite ao Executivo Federal suscitar a extinção ou alterações na Justiça do Trabalho. Ele avaliou que o ataque à JT integra um panorama maior de ataque ao conjunto de direitos dos trabalhadores, que teve como lance recente o fim do Ministério do Trabalho, passando pela reforma Trabalhista, que aponta agora para a informalidade da classe trabalhadora.

## Premiação por excelência

O trabalho e esforço dos servidores e magistrados responsáveis pela gestão de informação no Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (TRT11) deu frutos valiosos. No dia 3 de dezembro, o regional foi premiado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o Selo Justiça em Números, na categoria Diamante, por sua eficiência no setor.

“A diretoria do SitraAM/RR parabeniza a administração do Tribunal pelo feito e, especialmente, os colegas responsáveis por tão grande honraria”, comentou o presidente do sindicato, Edmilson Marinho, ressaltando a importância da qualidade do trabalho realizado pelos servidores, visto que o Selo é um reconhecimento aos tribunais que mais se destacaram na produção, gestão, organização e disseminação das informações administrativas e processuais.

A premiação foi entregue pelo presidente do STF e CNJ, ministro Dias Toffoli, durante o 2º Encontro Nacional do Poder Judiciário, que reuniu em Foz do Iguaçu (PR) presidentes de 91 tribunais brasileiros. Apenas mais três tribunais foram agraciados nessa edição do prêmio com o Selo Diamante: Superior Tribunal de Justiça (STJ), TRT da 3ª Região (MG) e o Tribunal de Justiça de Sergipe (TJ-SE).

Além da categoria Diamante, a premiação possui ainda as categorias bronze, prata e ouro. O TRT11 já havia conquistado selo Ouro por quatro anos consecutivos, o que demonstra que o regional só tem crescido nesse compromisso.

Instituída em 2013, a premiação é entregue pelo CNJ para incentivar os tribunais a aperfeiçoarem seus sistemas de estatísticas e dos dados organizados para a publicação do relatório Justiça em Números.



## Encontros coletivos

Associados do Sitra-AM/RR participaram, em novembro, dos encontros dos coletivos nacionais da Fenajufe, CONAS e COJAF. Entre os principais assuntos abordados, o porte de armas para Agentes de Segurança e Oficiais de Justiça, tendo em vista a deficiência e a fragilidade da segurança dos servidores no exercício da função. Pautas como a cumulatividade de GAE com FC, indenização do transporte e as perspectivas de reajuste do valor atual, bem como o impacto do Processo Judicial Eletrônico na carreira também fizeram parte da programação do encontro, ocorrido em Brasília.

Os servidores destacaram também a importância de criar estratégias de enfrentamento que deverão ser feitos na defesa dos direitos do funcionalismo. “As discussões foram bastante produtivas e nos permitiram organizar o que realmente a categoria precisa para ir em busca de novas conquistas. Sabemos que a situação está bem difícil, querem até extinguir o cargo de oficial de Justiça, mas seguiremos fortes”, comentou Janete Elane Sena Belchior.

## Esforço compensado

Com atuação efetiva do Sitra-AM/RR, em 2018, servidores conquistaram o direito de receber a parcela dos Quintos devida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região. O pagamento está sendo feito aos servidores que possuem valores abaixo de R\$ 8 mil, por se enquadrarem na hipótese do art. 12 da Resolução CSJT nº 137/2014.

As negociações com o TRT 11, por meio de ações judiciais ou junto à Receita Federal, viabilizaram também o pagamento da progressão funcional (administrativamente), estágio probatório (administrativamente), recesso indenizado como serviço extraordinário (administrativamente), IR sobre auxílio-creche (judicialmente), anuênios (administrativamente) e IR sobre URV (administrativamente).

“Depois de tantas tratativas e expectativas, saber que continuamos a reaver os direitos dos servidores nos deixa gratificados”, resalta o presidente do Sitra-AM/RR, Edmilson Marinho, ressaltando que o sindicato continuará lutando por outros benefícios para a categoria.



# Diversão para dar leveza às lutas



A alegria e o bom humor sempre deixam as lutas do dia a dia mais leves, por isso, o SitraAM/RR não abre mão de proporcionar momentos felizes para os seus filiados, como ocorreu na noite de 1º de novembro de 2018, quando, mais uma vez, realizou sua tradicional festa de Halloween, em comemoração ao Dia do Servidor, celebrado em 28 de outubro.

O evento, como em anos anteriores, ocorreu na sede do Círculo Militar de Manaus (Cirmam), com direito a cenário temático, jantar com novo buffet e, claro, muita música e dança, ao som de Lindon Johnson e banda Impacto, responsáveis pela animação da noite de confraternização.

Os diretores do sindicato explicaram que, devido ao espaço estar em obras para melhorias, não foi possível fazer a decoração externa, com as ambientações e lounges para fotos logo na entrada, mas isso foi compensado com uma bonita decoração interna, bem no clima das tradicionais festas de halloween. E o que não faltou foi quem aproveitasse o cenário para fazer muitas fotos e selfies. Foi visível também o capricho dos servidores nas caracterizações, todos com algum chapéu, roupa ou maquiagem que ajudavam a deixar o evento ainda mais no clima de Dia das Bruxas, alguns até com superproduções.



# Delegação do TRT11 brilhou na Olimpíada 2018

Com um total de 36 medalhas, sendo 9 de ouro, 14 de prata e 13 de bronze, a participação dos atletas do TRT-11 na 17ª edição da Olimpíada Nacional da Justiça do Trabalho, em 2018, encheu de orgulho o regional. O evento foi realizado no final de setembro em Blumenau (SC).

A equipe do atletismo do TRT-11 foi a que mais se destacou no campeonato, trazendo para o regional 7 medalhas de ouro, 10 de prata e 17 de bronze, num total de 24.

Entre os competidores com maior número de medalhas nesta categoria esportiva estão as servidoras Ana Carolina Gama, Silmara Moraes, Maria Olinda Farias, Elilian Montibeller e Eiko Hirata, cada uma com três medalhas, sendo que Eiko bateu o recorde nos 400m acima de 60 anos, com o tempo de 01:34:40. Na classificação final no atletismo, a delegação masculina obteve 48 pontos e a feminina 194.

Já na natação, o atleta Bruno de Pinho Garcia conseguiu bater um novo recorde na modalidade 50m costas até 34 anos, com o tempo de 0:31:44. No total, a delegação trouxe para o regional 7 medalhas, sendo 3 de ouros (conquistadas por Bruno), 1 de prata trazido (por Silvio Alves de Oliveira) e três de bronze, sendo duas conquistadas pela servidora Maria Aparecida Da Cunha Beraldo e uma pelo servidor Antônio Luís de Souza Oliveira.

Os atletas do TRT-11 na categoria Tênis de Mesa também ocuparam seus espaços no pódio. Na classificação geral, a dupla feminina, Cenira e Roberlane ficou com a



prata. Já no masculino, os servidores José Maria e Ricardo conquistaram o bronze.

Além dessas, na modalidade dupla mista, José Maria e Roberlane ficaram com o terceiro lugar.

Finalizando o quadro de medalhas, a equipe do futsal livre trouxe a prata e a do futsal soçaite o bronze, ou seja, as duas equipes garantiram lugares de destaque para o TRT11 no pódio da olimpíada.



# Confraternização e homenagens

Marca registrada nos eventos promovidos pela direção do SitraAM/RR, a alegria deu o tom da festa de confraternização dos aposentados e pensionistas, na noite de 6 dezembro. O evento, que aconteceu no tradicional buffet Beer Dance, foi um dos melhores já realizados na história da entidade, que está sempre atenta à necessidade de promover a integração social de seus filiados.

Ao lado da diretora do núcleo dos aposentados, Icleide Pereira, o presidente do sindicato, Edmilson Marinho, deus às boas vinda a todos, ressaltando a conquista que os servidores tiveram com o início do pagamento dos Quintos. Ele lembrou que foi uma luta iniciada ainda na gestão de Helder Vieira, que também estava presente na confraternização.

“Essa conquista é fruto de mais um esforço do SitraAM/RR; uma luta que começou em 2002, ainda com o Helder, e que vemos se concretizar graças à persistência das demais administrações que seguiram firmes no propósito de trazer para o servidor mais este ganho”, comentou.

Já Icleide agradeceu por mais um ano de reencontro com os colegas



aposentados e pensionistas, e destacou, em especial, as doações para o Abrigo Moacir Alves e Casa de Repouso São Vicente de Paulo. Além de boa música e sorteio de brindes diversos, o destaque da noite foi a apresentação especial do então

recém-aposentado e professor de dança Marcos Vinícius, que brindou os presentes com o belíssimo número 'Simplesmente Nelson', realizado com música do inesquecível Nelson Gonçalves.

## Sucesso de ação pode levar a ampliação de projeto

A entrega dos donativos arrecadados durante a festa de confraternização dos aposentados e pensionistas foi realizada no dia 21 de dezembro. Ao todo, mais de 300 quilos de alimentos não perecíveis foram divididos entre o Abrigo Moacir Alves (para crianças), no bairro Alvorada, e a Casa de Repouso para Idosos São Vicente de Paulo, no São Raimundo.

“Chegamos nos abrigos em um momento de festa, o que nos deixou mais alegres e ainda mais certos de que devemos continuar promovendo

esse tipo de ação. Sabemos da necessidade dos abrigos em relação a alimentos e roupas, então, desde de 2016, nos propomos a organizar essa ação solidária, sensibilizando os associados para ajudar as nossas crianças e os nossos idosos”, falou a diretora do núcleo de aposentados, Icleide dos Santos.

Icleide comentou, ainda, que a direção já estuda a possibilidade de ampliar o projeto para que as doações sejam realizadas pelo menos duas vezes ao ano, tendo um maior alcance a quem precisa.



# Debates e eleição no 10º Congrejufe

Imagem do 9º Congrejufe, realizado em 2018, na cidade de Florianópolis, Santa Catarina



Está marcada para o período de 27 de abril a 1º de maio a realização da 10ª edição do Congrejufe, que este ano acontece no município de Águas de Lindóia, interior paulista, na área de abrangência da 15ª Região Judiciária, tendo o Sindiquinze como entidade anfitriã.

Como de costume, o SitraAM/RR terá um representante dos servidores do TRT11 entre os participantes do evento, que será realizado no Hotel Monte Real Resort. O Congrejufe é o congresso nacional da categoria e, como instância máxima da Fenajufe, dele sairão diretrizes para atuação das entidades na defesa dos direitos e prerrogativas dos servidores do Poder Judiciário Federal e do Ministério Público da União. Este ano, entretanto, além de debater temas relevantes para servidores, o congresso também será palco para a eleição da diretoria que ficará à frente da Federação pelo triênio 2019-2021. Na oportunidade também será revisado o estatuto da Federação.

“Há uma grande expectativa para o evento, sobretudo no que diz respeito às novas diretrizes para as lutas da categoria, visto que com o novo governo se apresenta uma nova realidade no que tange às estratégias de combate à retirada de direitos e batalhas por garantias do que foi até aqui conquistado”, avalia o presidente do SitraAM/RR, Edmilson Marinho.

Conforme a programação do evento, o 10º Congrejufe vai discutir a conjuntura nacional e internacional e avaliar a atual gestão da Fenajufe. A grande expectativa, porém, é quanto a definição da pauta de reivindicações e do plano de lutas da categoria, frente ao novo cenário político posto. São essas deliberações que vão orientar os trabalhos da

Fenajufe ao longo dos próximos anos.

## Pauta e inovações

A pauta do 10º Congrejufe está dividida em dez pontos: Regimento interno e análise de recursos; Conjuntura nacional e internacional; Balanço da gestão e atuação da Fenajufe; Eleição da comissão eleitoral; Prestação de contas; Plano de lutas; Alteração estatutária e organização Sindical; Regimento eleitoral; Eleição da diretoria executiva e do conselho fiscal e, por fim, Políticas permanentes.

### Inovações

Para agilizar o processo de organização do congresso e a própria dinâmica do evento, a Fenajufe vai digitalizar parte das operações, a começar pela propositura das propostas e teses.

O interessante deste sistema, além da celeridade na sistematização e registro do recebimento, é o modelo de validação do endosso. Ao inserir a proposta, no final, o proponente tem que colocar, em campo específico do sistema, o nome e o e-mail dos endossantes. Finalizado o processo, o próprio sistema envia uma mensagem ao endossante e este, obrigatoriamente, tem que aceitar ser endossante da proposta. Tudo de forma on line.

E não é só isso não. Outras novidades estão em curso para o 10º Congrejufe. A expectativa é que tanto a votação das propostas em plenário quanto a eleição da diretoria, aconteçam também eletronicamente, viabilizadas a partir do credenciamento, também eletrônico.